

Flávio Eduardo Turessi

BENS JURÍDICOS COLETIVOS



**Limites Constitucionais à Luz
dos Mandados de Criminalização**

Curitiba
Juruá Editora
2015

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

ISBN: 978-85-362-5189-9



Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Turessi, Flávio Eduardo.

T935 Bens jurídicos coletivos: proteção penal, fundamentos e limites constitucionais à luz dos mandados de criminalização./ Flávio Eduardo Turessi./ Curitiba: Juruá, 2015.
260p.

1. Bem jurídico. 2. Direito penal. I. Título.

CDD 345 (22.ed.)
CDU 344

00132

2.3	Bem Jurídico	94
2.3.1	Bem jurídico-penal	98
2.3.2	Bens jurídico-penais individuais e coletivos	106
3	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS CONFORMADORES DA TUTELA PENAL DOS BENS JURÍDICOS COLETIVOS	121
3.1	Dignidade da Pessoa Humana	124
3.2	Princípio da Intervenção Mínima	128
3.3	Princípio da Legalidade	134
3.4	Princípio da Culpabilidade	138
3.5	Princípio da Ofensividade	144
3.6	Princípio da Proporcionalidade	153
4	BEM JURÍDICO-PENAL COLETIVO E MANDADOS DE CRIMINALIZAÇÃO	161
4.1	Obrigações Constitucionais de Proteção Penal aos Bens Jurídicos	161
4.1.1	Mandados expressos de criminalização	163
4.1.1.1	O mandado expresso de criminalização de condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente	166
4.1.2	Mandados implícitos de criminalização	172
4.1.3	O controle da constitucionalidade pela omissão	176
5	INGERÊNCIA PENAL E NECESSIDADE DE PROTEÇÃO SUFICIENTE: CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUNDAMENTO E A VALIDADE DA PROTEÇÃO PENAL AOS INTERESSES TRANSINDIVIDUAIS	181
5.1	O Discurso de Resistência	181
5.2	Necessidade de Proteção	190
5.2.1	Critérios de política criminal	192
5.2.2	Direito Penal prospectivo: a precaução em matéria penal	194
5.3	Técnicas de Tipificação Para a Proteção Penal dos Bens Jurídicos Coletivos: A Correlação Entre o Bem Jurídico e a Tipicidade	200
5.3.1	A evolução do conceito de tipo	202

5.3.2 A constatação da antijuridicidade: tipos penais fechados e abertos.....	206
5.3.3 Leis penais em branco.....	211
5.3.4 Delitos omissivos próprios e impróprios.....	214
5.3.5 Delitos de perigo.....	217

6 O NOVO DIREITO PENAL COMO INSTRUMENTO DE SALVAGUARDA DOS BENS JURÍDICOS COLETIVOS NA SOCIEDADE DE RISCO221

6.1 A Sociedade de Risco e a Modernização do Direito Penal221

6.2 A Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica.....224

CONCLUSÕES231

REFERÊNCIAS237

ÍNDICE ALFABÉTICO247